

**Evolução do rendimento do trabalho no Brasil por cor ou raça e por regiões: 2014-2019***João de Souza Gonçalves¹*

Resumo: O objetivo deste estudo é descrever a evolução do rendimento do trabalho no Brasil por cor ou raça, segundo as regiões do país, no período 2014-2019. Os principais resultados encontrados para a série histórica 2014-2019 mostram que as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram os maiores rendimentos médios, tanto para os ocupados brancos como para os pretos ou pardos. Durante a crise econômica de 2015-2016, os rendimentos mensais e por hora diminuíram em todas as regiões, sendo que a queda no rendimento foi, proporcionalmente, maior para os pretos ou pardos que para os brancos, afetando, principalmente, os mais vulneráveis. No período 2017-2019, os rendimentos aumentaram em todas as regiões. No Brasil, entre 2014 e 2019, os rendimentos diminuíram, demonstrando que o aumento dos rendimentos entre 2017-2019 foi insuficiente para repor as perdas geradas no biênio da crise econômica (2015-2016). Para a série histórica, a diferença relativa entre os rendimentos dos homens brancos em relação aos homens pretos ou pardos diminuiu. Por outro lado, aumentou a diferença relativa entre os rendimentos das mulheres brancas em relação às pretas ou pardas.

Palavras-chave: Rendimento. Regiões. Mercado de trabalho. Discriminação. Racismo estrutural.

Evolution of labor income in Brazil by color or race and by regions: 2014-2019

Abstract: The aim of this study is to describe the evolution of labor income in Brazil by color or race, according to the country's regions, in the period 2014-2019. The main results found for the 2014-2019 time series show that the Southeast, South and Midwest regions had the highest average earnings, both for white and black or brown workers. During the economic crisis of 2015-2016, monthly and hourly incomes fell in all regions, and the drop in income was proportionally greater for black or brown workers than for white workers, mainly affecting the most vulnerable. In the 2017-2019 period, incomes increased in all regions. In Brazil, between 2014 and 2019, incomes decreased, showing that the increase in incomes between 2017-2019 was insufficient to replace the losses generated in the two-year economic crisis (2015-2016). For the historical series, the relative difference between the incomes of white men and black or brown men has decreased. On the other hand, the relative difference between the incomes of white women and black or brown women increased.

Keywords: Income. Regions. Labor market. Discrimination. Structural racism.

¹ Graduado em Ciências Econômicas (PUC-SP) e Mestre em Administração Pública (EAESP-FGV). Professor da Faculdade Unida de São Paulo. ID ORCID 0000-0002-4869-9047. E-mail: j.szgoncalves@gmail.com.

Introdução

O modelo produtivo fordista vigorou no sistema capitalista entre os anos 1920 e 1970. Depois, foi substituído pelo padrão de acumulação flexível, o toyotismo. Esse sistema se utilizava do *just in time*, do *kanban* e da automação. A produção, baseada na demanda, evitava custos com manutenção de estoques e, conseqüentemente, aumentava a rentabilidade dos negócios.

Ainda nos anos 1970, surge o neoliberalismo, teoria econômica que privilegia o mercado, defende a liberdade econômica, limita a atuação do Estado, favorece o individualismo e busca reduzir encargos trabalhistas e direitos sociais. Construída dessa forma, tal ideologia causou mudanças profundas no mercado de trabalho (Tavares, 2021).

A economia mundial hoje se caracteriza por fatores como terceirização da produção, empreendedorismo e informalidade do trabalho. A terceirização está associada a novas formas de produção, as quais incluem cooperativas, trabalhos domiciliares, pequenas empresas e trabalho por conta própria. O objetivo é reduzir direitos trabalhistas e os custos da produção, converter trabalhos de pessoa física em pessoa jurídica e, com isso, dissimular a condição de assalariamento de parte da força de trabalho (Tavares, 2021).

Desde o período colonial, o Brasil é um país extremamente desigual na sua formação social, econômica e política. Nos parâmetros da desigualdade estão fatores como saúde, educação, cultura, justiça, segurança, lazer, direitos políticos, ocupação e renda, todos voltados à sobrevivência e à dignidade dos trabalhadores e das famílias. Com base em outras variáveis, como gênero, cor ou raça, faixa etária, nível educacional etc., também é possível quantificar e avaliar a evolução da desigualdade ao longo do tempo.

O mercado de trabalho do Brasil é heterogêneo, desorganizado e apresenta problemas históricos e estruturais: alto índice de informalidade, baixos rendimentos, força de trabalho excedente, alta rotatividade, discriminação por cor ou raça e gênero, parcela expressiva dos trabalhadores em atividades precárias (Krein, Manzano, Teixeira, 2022). Além da causa histórica, a desigualdade social do país origina-se, em grande parte dos casos, no racismo.

O objetivo principal deste trabalho é descrever a evolução dos rendimentos no mercado de trabalho do Brasil, por cor ou raça, segundo as regiões brasileiras, no período 2014-2019. São objetivos específicos mensurar o impacto da crise econômica entre 2015-2016 e da fraca retomada da economia entre 2017-2019 sobre o mercado de trabalho; e avaliar a evolução do hiato nos rendimentos das pessoas ocupadas de cor ou raça branca em comparação às pretas e pardas.

O estudo está dividido em seis seções, além desta introdução. A primeira traz a metodologia utilizada. A segunda discorre sobre as bases teóricas da economia do trabalho. A

terceira avalia a participação das regiões brasileiras no Produto Interno Bruto (PIB), na população total e na população ocupada. A quarta descreve, analisa e interpreta os dados sobre a evolução do rendimento do trabalho por regiões brasileiras no período 2014-2019. A quinta discute sobre rendimentos por cor ou raça e regiões. A sexta e última seção apresenta as conclusões.

Metodologia

O método empregado nesta pesquisa foi um estudo comparativo da evolução dos rendimentos das regiões do país no período 2014-2019. A fonte básica de pesquisa do mercado de trabalho foi a Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios Contínua (PNADC), por meio dos dados anuais consolidados na publicação Síntese de Indicadores Sociais - 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A publicação segmenta os dados por idade (maiores de catorze anos), cor ou raça (brancas, pretas ou pardas), mas não divulga as informações referentes às pessoas amarelas e indígenas. A cor ou raça da pessoa entrevistada é registrada com base na autodeclaração. A força de trabalho abrange as pessoas que estavam ocupadas ou à procura de ocupação na semana de referência. O total das importâncias recebidas como remuneração mensal do trabalho refere-se ao rendimento bruto para os assalariados e à retirada bruta para os empregadores e trabalhadores por conta própria, portanto, não exclui o salário-família, a contribuição para a previdência social e o desconto do imposto de renda na fonte (IBGE, 2022a).

São apresentados dados sobre rendimentos médios mensais e rendimentos por hora de trabalho. Os rendimentos do trabalho incluem a renda dos trabalhadores assalariados, trabalhadores domésticos, militares e funcionários públicos, trabalhadores por conta própria e empregadores, independentemente de o vínculo ser formal ou informal. Os rendimentos médios reais são apresentados em valor constante a preços de 2021 e, para a conversão dos rendimentos nominais em rendimentos reais (IBGE, 2022a), a indexação baseou-se no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Fundamentaram este estudo as seguintes referências: Almeida (2020), Alves (2022), Carvalho (2018), IBGE (2017), (2021a), (2021b), (2022a), (2022b), (2023), (2024), Joseph (2021), Kon (2016), Krein, Manzano e Teixeira (2022), Oreiro e De Paula (2021), Ramos (2012), Rodrigues (2023) e Tavares (2021).

Base teórica

Indicadores como raça e economia vinculam-se à desigualdade, circunstância que deve ser explicada em razão de conflitos sociais vigentes. Por meio da variável raça, avalia-se tanto a

existência real quanto a evolução da desigualdade no país, já que se trata de “um marcador determinante da desigualdade econômica” (Almeida, 2020, p. 156).

Nos anos 1940, quando vigorava a segregação racial nos Estados Unidos, Gunnar Myrdal e Oliver Cromwell Cox estabeleceram uma analogia entre os elementos raça e economia, considerando, nas relações socioeconômicas capitalistas, o racismo endógeno. Para Myrdal (1944 apud Almeida, 2020), expoente do pensamento keynesiano desenvolvimentista, o racismo naquele país decorria de causas cumulativas. Associava-se a população negra à pobreza, ao acesso limitado à educação, à dificuldade de encontrar ocupação ou de manter-se no emprego e à falta de acesso a médicos. Assim, o preconceito extremado contra os negros era incompatível com os princípios liberais e democráticos de uma economia avançada como a dos Estados Unidos. Myrdal (1944 apud Almeida, 2020) afirma que as instituições deveriam atuar para reduzir o racismo por meio da reorientação moral. Cox (1948 apud Almeida, 2020) atribuía o racismo às relações capitalistas e à luta de classes. Segundo esse pensador marxista, o capitalismo e o nacionalismo engendraram a exploração e o preconceito racial entre os europeus e os povos da América do Norte. A ação de extinguir o racismo exigiria, pois, mudanças estruturais e radicais (Almeida, 2020).

Em contraposição às teses de Myrdal e de Cox, surgem as teorias econômicas de cunho neoclássico, as quais explicam a discriminação contra os negros como fator exógeno. Conforme a teoria da propensão à discriminação, o racismo consiste em uma falha de mercado decorrente da ignorância e do preconceito dos empregadores. Nessa versão, a raça interferia na produtividade do trabalho, considerava-se que os trabalhadores negros tinham uma produtividade menor que os brancos. Ao mercado caberia a missão de conscientizar os empresários sobre a ausência da relação entre produtividade e cor da pele das pessoas ocupadas (Almeida, 2020).

A teoria do capital humano surge nos anos 1960 com os trabalhos de Garry Stanley Becker e Theodore Schultz. Parte-se do princípio de que a produtividade do trabalho deve-se às características naturais e genéticas e às habilidades adquiridas mediante investimento planejado. Os componentes do capital humano são educação (mensurada por anos de estudo), experiência, entorno familiar e entorno social. A educação tende a aumentar a produtividade e a melhorar a capacidade do trabalhador de resolver problemas, o que resulta em maiores rendimentos. Haverá mais investimentos em educação se os benefícios (rendimentos futuros) forem maiores que os custos. Nessa perspectiva, o trabalhador passa a ser capitalista de si mesmo (autogerenciamento) e a pobreza social decorre da baixa produtividade do trabalho (Kon, 2016; Ramos, 2012). A crença é de que os diferentes níveis de escolaridade e de experiência determinam a produtividade e os rendimentos e que a produtividade entre brancos e negros é desigual. A população ocupada

branca teria mais acesso à educação formal e estudava por um tempo maior que a população negra. Segundo essa teoria, uma vez que os trabalhadores brancos teriam um estoque maior de capital humano, seria natural e justificável que ganhassem mais que os negros (Almeida, 2020; Rodrigues, 2023).

A teoria da segmentação ou do mercado dual do trabalho surgiu nos anos 1970, com os trabalhos de Peter Doeringer e Michael Piori. Essa teoria defende a existência de dois segmentos no mercado de trabalho, o primário e o secundário, cada um com regras e rendimentos próprios. O mercado primário caracteriza-se por: i) altos salários e níveis elevados de produtividade; ii) relativa estabilidade no emprego; iii) possibilidade de ascensão profissional; iv) salários indiretos; v) emprego em período integral; vi) treinamento para os funcionários; vii) salário pouco sensível ao desemprego. O mercado secundário: i) flexibilidade dos salários; ii) baixa produtividade; iii) baixos salários; iv) alta rotatividade; v) salário indireto praticamente inexistente; vi) pouca qualificação dos trabalhadores; vii) salários condicionados à oferta e demanda de trabalho. Outra característica que separa os dois segmentos, o primário é formado de empresas oligopolistas; o secundário, de pequenas empresas, com pouco acesso ao capital e à tecnologia. Ademais, os mercados primários e secundários são compartimentalizados sem comunicação entre si (Kon, 2016; Ramos, 2012). Quanto aos padrões culturais, a teoria do mercado dual do trabalho prevê diferentes profissões e remunerações para homens e as mulheres. Haveria, pois, profissões femininas e profissões masculinas e os rendimentos femininos seriam menores que os masculinos (Rodrigues, 2023).

Segundo a teoria da discriminação estatística, os empregadores têm informação imperfeita sobre a produtividade dos (potenciais) empregados e utilizam os fatores sexo e raça para contratar e determinar o valor dos salários. Os candidatos aos empregos são avaliados pela média dos grupos aos quais pertencem. Os rendimentos dos negros e das mulheres são menores em razão do preconceito e não da intenção de discriminá-los. A decisão dos empregadores, baseada em critérios racistas, afeta a autoestima e diminui as expectativas dos negros e das mulheres, que deixam de concorrer aos cursos universitários das carreiras mais disputadas e com boa remuneração profissional. Assim, os negros internalizam os estereótipos de inferioridade, mantêm e acentuam o ciclo de preconceitos (Almeida, 2020; Rodrigues, 2023).

No Brasil, prevalece o racismo estrutural, aquele que “integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2020, p. 20). Ao “normalizar” determinadas práticas, o racismo legitima e reproduz a desigualdade nas instituições, principalmente em relação aos negros e indígenas que, na maioria das vezes, recebem salários menores e ocupam trabalhos precários. Almeida (2020, p. 172) confirma “o racismo normaliza a superexploração do trabalho”, com o

pagamento de salários inferiores ao necessário à reprodução da força de trabalho negra e das mulheres. Tal realidade garante um excedente maior para o capitalista (Almeida, 2020; Alves, 2022).

Regiões brasileiras: economia, população e população ocupada

Conforme a Tabela 1, em 2014, a região Sudeste representava mais da metade (54,9%) do PIB do Brasil, seguida das regiões Sul (16,4%), Nordeste (13,9%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (5,3%). Entre 2014 e 2019, houve uma desconcentração regional da renda, seguindo a tendência verificada nas décadas anteriores. A região Sudeste teve redução de 1,9 pontos percentuais (p.p.) do PIB, enquanto as demais tiveram aumento: Sul (+0,8 p.p.), Centro-Oeste (+0,5 p.p.), Norte (+0,4 p.p.) e Nordeste (+0,3 p.p.). Quanto à população, em 2014 a região Sudeste (42%) era a mais populosa do país, seguida do Nordeste (27,7%), Sul (14,3%), Norte (8,5%) e Centro-Oeste (7,5%). Entre 2014 e 2019, o Nordeste diminuiu sua participação na população total (-0,5 p.p.), enquanto as regiões Norte (+0,3 p.p.), Centro-Oeste (+0,3 p.p.) e Sudeste (+0,1 p.p.) tiveram aumento na participação.

Tabela 1 - Participação das regiões no PIB, na população e composição da população ocupada total por cor ou raça, 2014-2019 (em %)

	PIB		População		População ocupada total*			
	2014	2019	2014	2019	2014		2019	
					Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Norte	5,3	5,7	8,5	8,8	19,8	79,5	19,7	78,8
Nordeste	13,9	14,2	27,7	27,2	25,8	73,8	24,7	74,3
Sudeste	54,9	53,0	42,0	42,1	54,6	44,3	49,6	49,1
Sul	16,4	17,2	14,3	14,3	79,4	20,1	73,6	25,5
Centro-Oeste	9,4	9,9	7,5	7,8	39,7	59,6	35,9	62,8
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0				

Nota: * "Indígenas, amarelos e pessoas sem declaração de cor ou raça constam no total" (IBGE, 2022b).

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos do IBGE (2017), (2021b) e (2024).

A população ocupada no mercado de trabalho do Brasil, em 2014, foi de 92,2 milhões de pessoas. Desse total, a região Sudeste teve a participação de 44,2%, Nordeste, 24,5%, Sul, 15,8%, Centro-Oeste, 8,0% e Norte, 7,6%. Na crise econômica dos anos 2015 e 2016, a população ocupada diminuiu em 1,5 milhão de pessoas, passando para 90,7 milhões, em 2016. Com a recuperação da economia no triênio 2017-2019, a população ocupada alcançou 95 milhões em 2019. Desse total, a participação da região Sudeste foi de 45,1%, Nordeste, 22,7%, Sul, 16,0%, Centro-Oeste, 8,3% e Norte, 7,9% (IBGE, 2022b). Entre 2014 e 2019, as regiões Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte aumentaram a taxa de participação no número de ocupados. Diferentemente, o Nordeste apresentou queda na participação dos ocupados do país.

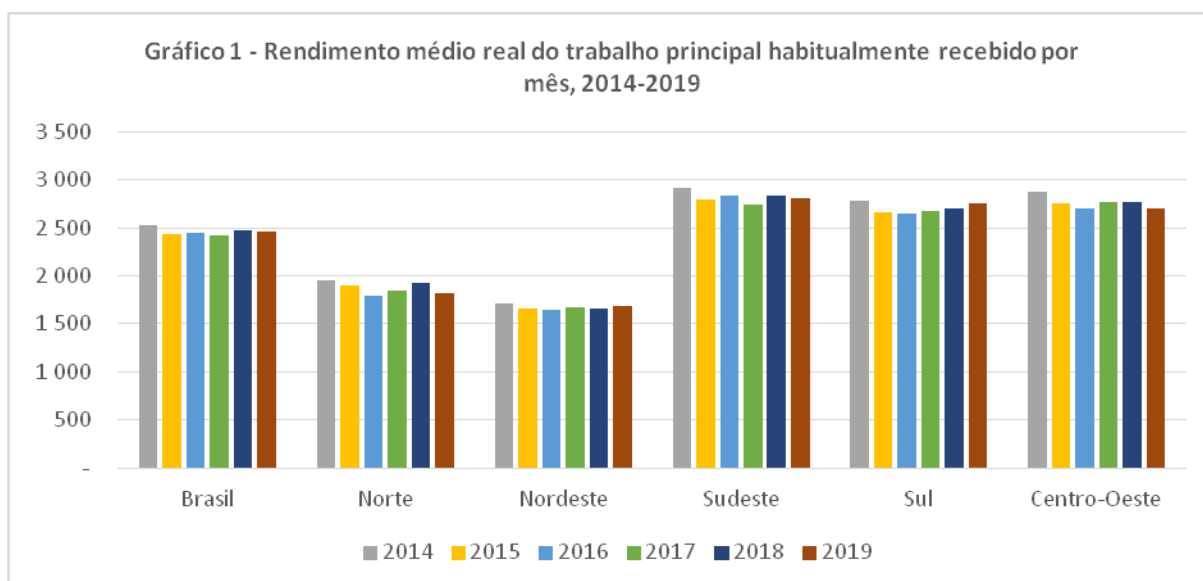
Resumindo, entre 2014 e 2019, as regiões Centro-Oeste e Norte obtiveram aumento na participação relativa em relação ao PIB, à população e à população ocupada. A região Sul ampliou sua participação no PIB e na população ocupada e manteve a participação na população total. A região Nordeste aumentou a participação no PIB, mas registrou queda na participação da população e da população ocupada, devido ao fluxo migratório. A região Sudeste perdeu participação no PIB e ampliou a participação na população e na população ocupada, comportamento oposto ao da região Nordeste.

A Tabela 1 mostra, ademais, que, no tocante à população ocupada em 2014, a maior parte era constituída de pessoas de cor ou raça preta ou parda nas regiões Norte (79,5%), Nordeste (73,8%) e Centro-Oeste (59,6%). Nas regiões Sul (79,4%) e Sudeste (54,6%), predominaram as pessoas brancas. Entre 2014 e 2019, com exceção da região Norte, registram-se, em todas as regiões do país, aumento da participação das pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda e diminuição da participação das pessoas brancas.

Evolução do rendimento do trabalho por regiões: 2014-2021

Entre os anos 2004 e 2014, o mercado de trabalho melhorou significativamente no Brasil, com expansão do nível de ocupação, dos rendimentos reais e queda nas taxas de informalidade e das desigualdades sociais e regionais (Carvalho, 2018; Krein, Manzano, Teixeira, 2022).

O Gráfico 1 apresenta a evolução do rendimento médio real do trabalho no Brasil e por regiões. No período 2014-2019, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul alcançaram os maiores rendimentos médios reais mensais do trabalho, com índices mais elevados que a média nacional. Por outro lado, as regiões Norte e Nordeste tiveram os menores rendimentos do país, bem abaixo da média nacional. A região Nordeste registra o menor rendimento do país, seguida da região Norte. Em termos regionais, a dispersão dos rendimentos caracteriza a alta desigualdade entre as regiões do país. Em média, no período 2014-2019, os rendimentos médios das regiões Nordeste e Norte foram 32,1% e 23,9%, respectivamente, menores que os rendimentos médios do país. As regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste obtiveram rendimentos de 9,9%, 12,2% e 14,7%, respectivamente, maiores que os da média nacional. Assim, o rendimento médio da região Sudeste foi 69% maior que o rendimento médio da região Nordeste. Esse dado aponta para a extrema desigualdade regional na distribuição dos rendimentos do trabalho.



Nota: Rendimento a preços constantes de 2021.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2022b).

O quinquênio 2015-2019 pode ser dividido em dois períodos: o biênio 2015-2016, quando o país passou por uma forte crise econômica, e o triênio 2017-2019, que registrou uma fraca recuperação econômica. Entre 2015 e maio de 2016, no governo Dilma 2, a política econômica baseou-se em medidas como ajuste fiscal, queda nos gastos e investimentos públicos, tentativa de aumento da arrecadação tributária, recomposição dos preços administrados e aumento das taxas de juros. As políticas fiscal e monetária restritivas, a crise política, a Operação Lava Jato, a desvalorização cambial e a queda nos preços das exportações do Brasil levaram o país a uma profunda crise econômica, com resultado negativo do PIB e impacto no mercado de trabalho (Carvalho, 2018). O PIB real acumulado no biênio 2015-2016 caiu 6,9% e o PIB *per capita* declinou 8,6% (IBGE, 2024).

Entre 2014 e 2016, a condição do mercado de trabalho brasileiro deteriorou-se, com aumento expressivo das taxas de desocupação e de subutilização da força de trabalho. A taxa de desocupação passou de 7%, em 2014, para 11,7%, em 2016. A taxa de subutilização da força de trabalho, de 15,9% para 21,4% e o nível de ocupação da força de trabalho, de 58,1% para 55,7%. Em termos absolutos, entre 2014 e 2016, o número de pessoas desocupadas ampliou-se de maneira significativa, passou de 7 milhões para 12 milhões; o de subutilizados, de 16,5 milhões para 23,4 milhões; o número de ocupados diminuiu, de 92,2 milhões para 90,7 milhões (IBGE, 2022b).

Com o impeachment de Dilma Rousseff, Michael Temer assume o governo em definitivo em 31 de agosto de 2016. Temer governou o país até o ano de 2018 e, em 2019, Jair Bolsonaro assume a presidência da República. Os governos Temer e Bolsonaro mantiveram a política

econômica de feição ortodoxa-liberal, promovendo reformas liberalizantes, reduzindo o papel do Estado na economia, adotando uma política fiscal contracionista e uma política cambial mais flexível. Foram aprovadas a Lei do Teto de Gasto (dezembro de 2016), a Reforma Trabalhista (julho de 2017) e a Reforma da Previdência (novembro de 2019). A política de austeridade fiscal resultou no baixo crescimento econômico entre 2017 e 2019 e aumento da concentração de renda. Diante desse cenário, o triênio 2017-2019 foi de estagnação econômica (Oreiro; De Paula, 2021). O PIB real acumulado cresceu 4,4% e o PIB per capita, apenas 1,9% (IBGE, 2024).

A Reforma Trabalhista de 2017 foi defendida pelo governo Temer como uma maneira de criar milhões de empregos e estimular o crescimento econômico do país. Na prática, visava reduzir os custos trabalhistas e os direitos dos trabalhadores. As alterações na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) cederam espaço a modalidades como contratações temporárias, trabalho intermitente, teletrabalho, flexibilização da jornada, e, portanto, fragilizaram e enfraqueceram os sindicatos e a Justiça do Trabalho. Assim, o Estado passa a sancionar leis que pactuam com formas precárias de contratação, visando favorecer os interesses dos empregadores (Joseph, 2021; Tavares, 2021).

Entre 2016 e 2019, houve uma pequena melhora nos indicadores do mercado de trabalho, mas as taxas relativas à informalidade e à subutilização da força de trabalho cresceram substancialmente. O nível de ocupação passou de 55,7%, em 2016, para 56,4%, em 2019. A taxa de desocupação continuou em patamar elevado, de 11,7% foi para 11,8%; a de subutilização, de 21,4% para 24,4%, e a de informalidade, de 38,8% para 41,4%. Entre 2016 e 2019, o número de ocupados aumentou em 4,2 milhões, no entanto, a quase totalidade das vagas (4,1 milhões) concentrou-se na economia informal e o número de subutilizados aumentou expressivamente, em 4,9 milhões de pessoas (IBGE, 2022b).

Em geral, os rendimentos oscilam conforme os ciclos econômicos (Krein, Manzano, Teixeira, 2022). No Brasil, o rendimento do trabalho acompanhou o ciclo econômico, com queda durante a crise (2015-2016) e aumento durante a fraca recuperação (2017-2019). Segundo o IBGE (2022b), em 2014, o rendimento médio dos ocupados no Brasil foi de R\$ 2.536; em 2016, R\$ 2.444 (-3,6%); em 2019, subiu para R\$ 2.464 (+0,8%). No curso da crise econômica (2015-2016), os rendimentos diminuíram e, embora tenham aumentado na fraca retomada do impulso econômico (2017-2019), não se recuperaram o patamar do início da série histórica (2014). O quinquênio 2015-2019 é considerado uma fase de estagnação da economia e dos rendimentos do trabalho.

No acumulado do período 2015-2016, o rendimento médio do trabalho no Brasil diminuiu em média 3,6%, e todas as regiões sofreram quedas. As regiões Norte (-8,5%), Centro-

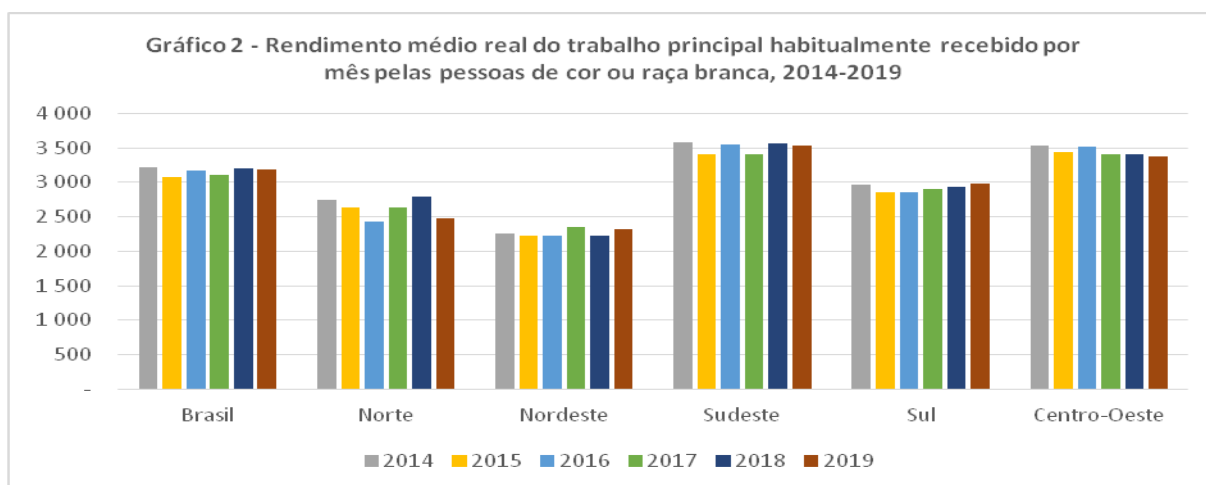
Oeste (-6,1%) e Sul (-4,6%) foram as mais afetadas. A região Sudeste, a mais rica do país, e a região Nordeste, a mais pobre, registraram quedas menores nos rendimentos, (-2,7%) e (-3%), respectivamente.

No triênio 2017-2019, durante a retomada (branda) da economia, o rendimento médio do Brasil aumentou apenas 0,8%. As regiões Sul (+3,8%), Nordeste (+3%) e Norte (+1,6%) registraram as maiores variações, enquanto a região Centro-Oeste (+0,1%) apresentou estabilidade. A região Sudeste (-1,3%), a mais desenvolvida economicamente, portanto, com mais capacidade de exercer influência na economia do país, diferentemente das outras regiões, apresentou queda nos rendimentos.

Em 2019, os rendimentos do Brasil e de todas as regiões foram inferiores aos de 2014, refletindo o empobrecimento da população. Entre 2014 e 2019, a atividade econômica brasileira apresentou queda acumulada de 2,8%. As regiões Norte (-7%), Centro-Oeste (-6%) e Sudeste (-3,9%) tiveram as maiores reduções nos rendimentos. As regiões Nordeste e Sul apresentaram as menores quedas nos rendimentos, cada uma registrou 0,9%.

Evolução dos rendimentos por cor ou raça

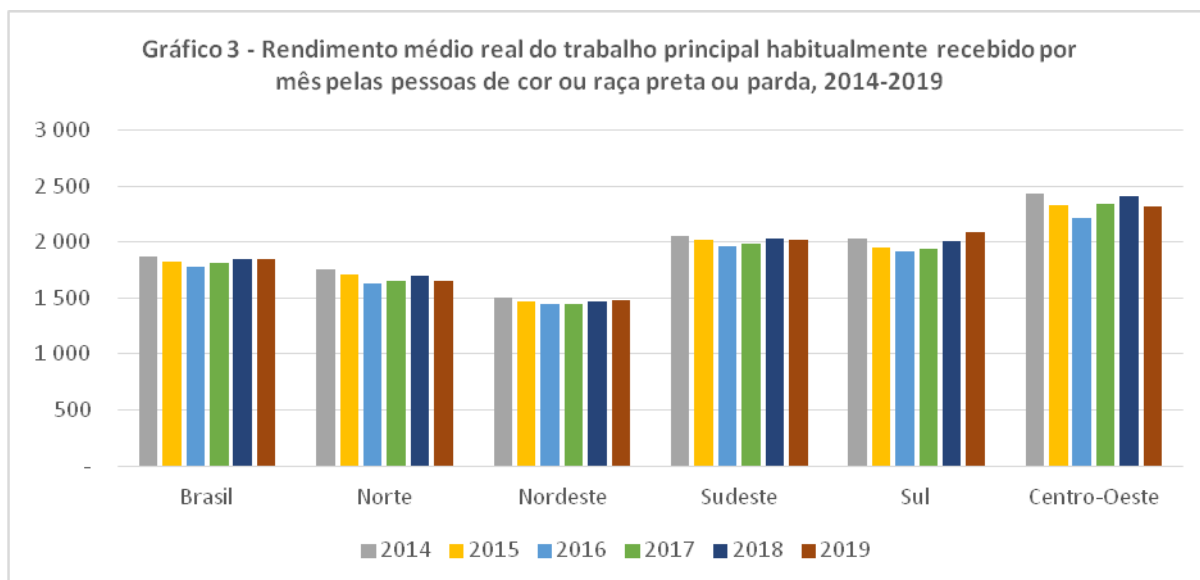
O Gráfico 2 mostra a evolução dos rendimentos da população ocupada de cor ou raça branca no período 2014-2019. As pessoas de cor ou raça branca, nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, tiveram as maiores remunerações, com valores acima da média nacional. A região Sul apresentou a terceira maior remuneração do país, mas abaixo da média nacional. A região Nordeste apresentou a pior remuneração, seguida da região Norte.



Nota: Rendimento a preços constantes de 2021.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2022b).

O Gráfico 3 mostra os rendimentos das pessoas ocupadas de cor ou raça preta ou parda no período 2014-2019. A região Centro-Oeste foi a que alcançou a maior remuneração do país, seguida das regiões Sudeste e Sul. Essas três regiões obtiveram rendimentos acima da média nacional. A região Nordeste apresentou a remuneração mais baixa do país, seguida da região Norte.



Nota: Rendimento a preços constantes de 2021.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2022b).

No Brasil, em 2014, os rendimentos médios da população ocupada de cor ou raça preta ou parda e branca foram de R\$ 1.865 e R\$ 3.220, respectivamente. Os rendimentos dos brancos foram 72,6% maiores que os dos pretos ou pardos. Os dados apontam para uma desigualdade extrema. Em 2016, os rendimentos sofreram redução, R\$ 1.776 e R\$ 3.167; em 2019, elevaram-se para R\$ 1.846 e R\$ 3.188, respectivamente. Em 2019, os rendimentos dos brancos e dos pretos ou pardos ainda eram menores (1%) que os registrados em 2014.

Parte da diferença nos rendimentos da população por cor ou raça deve-se à forte presença de pretos ou pardos em serviços domésticos, na agropecuária e construção civil, segmentos que apresentam percentagem elevada de ocupados sem instrução, ensino fundamental incompleto e com menor remuneração. Por outro lado, é grande a participação da população ocupada branca em atividades de informação, financeira e outras atividades profissionais, na administração pública, educação, saúde e serviços sociais. Nesses segmentos, é elevado o percentual de pessoas com nível superior completo e remuneração maior que a média nacional.

É grande também a participação dos ocupados pretos ou pardos em atividades informais, com remuneração menor que a média nacional. Entre os ocupados de cor ou raça branca, há

maior presença em atividades formais com rendimentos maiores que as informais. Não obstante registrarem o mesmo nível de escolaridade, os trabalhadores pretos ou pardos auferem rendimentos menores que os de cor ou raça branca (Alves, 2022; IBGE, 2021). A informalidade do trabalho é fator preponderante nas regiões Norte e Nordeste, as mais pobres do país, que apresentam menores remunerações. Nas regiões Sul e Sudeste, as mais ricas, a taxa de formalização e os rendimentos são maiores que a média nacional (IBGE 2021).

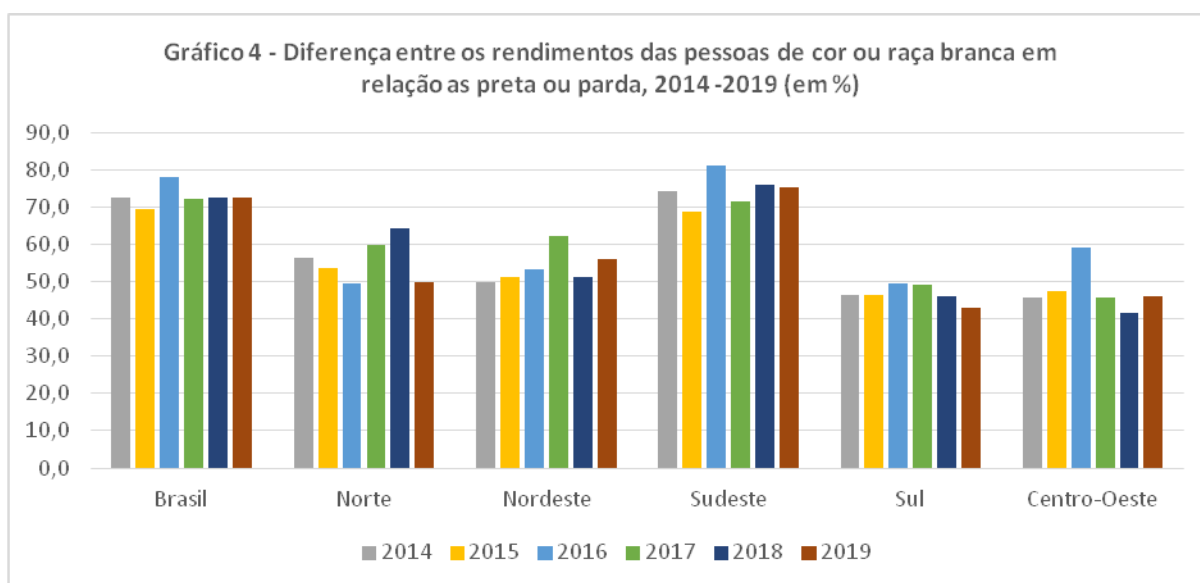
A crise econômica de 2015-2016 provocou redução dos rendimentos dos ocupados brancos e pretos ou pardos em todas as regiões do país. No Brasil, afetou mais os rendimentos dos ocupados de cor ou raça preta ou parda que os dos brancos, com variações acumuladas de -4,8% e -1,7%, respectivamente. Situação semelhante ocorreu nas regiões Nordeste (-4,1% e -1,8%), Sudeste (-4,3% e -0,5%), Sul (-5,6% e -3,6%) e Centro-Oeste (-8,9% e -0,5%). Apenas na região Norte a queda dos rendimentos dos ocupados brancos foi superior (-11,2%) ao dos pretos ou pardos (-7%). A crise ampliou a desigualdade dos rendimentos, principalmente dos pretos ou pardos, trabalhadores mais vulneráveis, com ocupações precárias e rendimentos bem menores que os da população ocupada branca.

No Brasil, no período 2017-2019, o acréscimo acumulado de 3,9% no rendimento dos ocupados pretos ou pardos foi superior aos 0,7% dos brancos. No âmbito regional, as variações por regiões, foram: Sudeste, +2,7% e -0,7%; Sul, +9,1% e +4,3%; Centro-Oeste de +4,6% e -4,1%, respectivamente. Nas regiões Norte e Nordeste, o aumento dos rendimentos dos brancos foi maior que os dos pretos ou pardos. Na região Norte, as variações foram de +1,4% e +1,6%; no Nordeste, +2,5% e 4,3%, respectivamente.

No Brasil, entre 2014 e 2019, as perdas acumuladas dos ocupados brancos (-1%) e pretos e pardos (-1%) se igualaram, mas houve discrepâncias regionais. A variação nos rendimentos dos brancos e pretos ou pardos foram nas regiões Norte, -9,8% e -5,7%, Nordeste, +2,5% e -1,7%, Sudeste, -1,3% e -1,7%, Sul, +0,5% e +3% e Centro-Oeste, -4,6% e -4,7%, respectivamente. Os ocupados brancos e pretos ou pardos das regiões Norte e Centro-Oeste foram os mais prejudicados. Obtiveram ganho nos rendimentos somente os ocupados brancos nas regiões Nordeste (+2,5%) e Sul (+0,5%) e os pretos ou pardos da região Sul (+3%).

O Gráfico 4 mostra a evolução do hiato nos rendimentos por cor ou raça no período 2014-2019. Verifica-se que o rendimento da população branca é muito maior que o da preta ou parda. Em 2014, foi de 72,6% em favor dos brancos; em 2016, subiu para 78,3%, e atingiu o pico da série histórica. Em 2019, caiu para 72,7% e praticamente retorna ao patamar de 2014. A região Sudeste apresentou a maior diferença relativa nos rendimentos, com taxa acima da média

nacional. No Sul e Centro-Oeste as diferenças foram menores. Tal informação demonstra que o nível de desigualdade nessas regiões é menor.

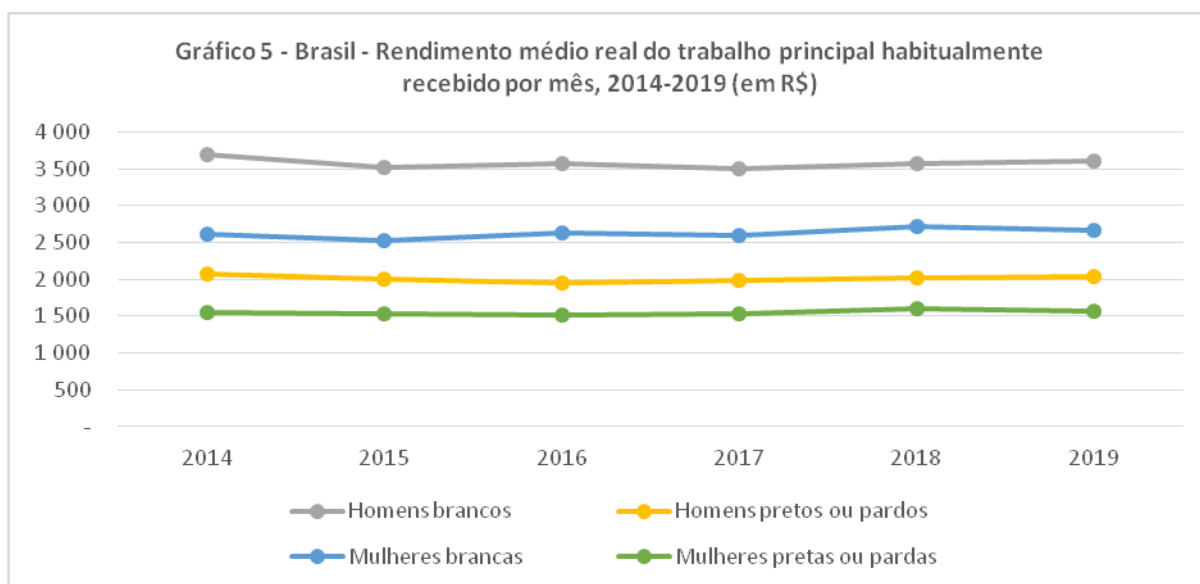


Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2022b).

Os dados mostram que, no Brasil, entre 2014 e 2016, na crise econômica, a diferença nos rendimentos dos brancos em relação aos pretos ou pardos cresceu. Esse aumento ocorreu em quatro regiões: Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Em 2016, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste atingiram o maior hiato da série histórica, 81,4%, 49,7% e 59,3%, respectivamente.

Entre 2016 e 2019, durante a fraca recuperação econômica do Brasil, o hiato nos rendimentos dos brancos em relação aos pretos ou pardos diminuiu. No âmbito nacional, essa queda é atribuída à redução nos hiatos das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Nas regiões Norte e Nordeste a diferença elevou-se.

O Gráfico 5 estabelece a correlação entre os rendimentos e os fatores sexo, cor e raça. Os homens brancos estão no topo da pirâmide dos rendimentos, seguidos das mulheres brancas, homens pretos ou pardos. Na base da pirâmide estão os rendimentos das mulheres pretas ou pardas. Esses dados apontam para a enorme desigualdade entre a população brasileira no tocante ao fator rendimentos do trabalho.



Nota: Rendimento a preços constantes de 2021.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2022b).

Entre 2014 e 2019, registrou-se diminuição dos rendimentos entre os homens. Entre as mulheres, ao contrário, houve um pequeno aumento, diminuindo a desigualdade entre os gêneros. A queda acumulada nos rendimentos foi de 2,4% entre os homens brancos e 1,6% entre os homens pretos ou pardos. O aumento dos rendimentos foi de 2,2% entre as mulheres brancas e apenas 1,3% entre as mulheres pretas ou pardas. Com tais variações, a diferença de rendimentos entre os homens brancos e as mulheres pretas ou pardas diminuiu, saindo de 137,4%, em 2014, para 128,7%, em 2019. A diferença dos homens pretos ou pardos em relação às mulheres pretas ou pardas foi de 32,8% para 29,1%, respectivamente. Entre 2014 e 2019, o aumento do percentual dos rendimentos das mulheres brancas superou o das mulheres pretas ou pardas. As mulheres brancas que, em 2014, ganhavam 67,8% a mais em média que as mulheres pretas ou pardas, em 2019, elevaram esse percentual, chegando a 69,4%. Com isso, aumentou a diferença dos rendimentos das mulheres brancas em relação às pretas ou pardas.

Um dado positivo foi a diminuição da desigualdade dos rendimentos dos homens em relação aos das mulheres, bem como dos homens brancos em relação aos homens pretos ou pardos. Ressalta-se, no entanto, que essa mudança ocorreu durante a estagnação do mercado de trabalho, quando houve queda no rendimento médio real. Um dado negativo foi o aumento da desigualdade entre as mulheres brancas em relação às pretas ou pardas.

Os rendimentos mensais são calculados com base no valor do rendimento por hora multiplicado pela média das horas trabalhadas. Assim, a dispersão dos rendimentos mensais entre os trabalhadores de cor ou raça branca em relação aos pretos ou pardos pode ser explicada por meio da diferença entre a jornada de trabalho e o valor do rendimento-hora. No período 2014-

2019, do total de trabalhadores de cor ou raça preta ou parda, 27,6% trabalharam, em média, menos de 40 horas por semana. Entre os brancos o percentual foi 22,6% (IBGE, 2022b). Verifica-se que 72,4% dos pretos ou pardos cumpriam jornadas de trabalho de 40 horas ou mais por semana. Entre os brancos o percentual foi de 77,4%. A jornada de trabalho dos ocupados brancos, em média, é maior que a dos pretos ou pardos. O número de pretos e pardos é proporcionalmente maior que o de brancos em atividades precárias, subocupações e trabalhos informais. Os pretos e pardos ocupam mais horas com afazeres domésticos e cuidados familiares, com isso, suas jornadas de trabalho são mais restritas. Dos grupos citados, as mulheres pretas ou pardas são as que dedicam mais horas ao lar e à família.

A Tabela 2 apresenta a evolução dos rendimentos-hora por regiões e por cor ou raça. Entre 2014 e 2016, houve queda nos rendimentos-hora em todas as regiões e, conseqüentemente, no Brasil. A análise por cor ou raça mostra queda generalizada do rendimento-hora dos ocupados pretos ou pardos em todas as regiões. Entre os brancos, houve redução no rendimento-hora nas regiões Norte, Nordeste e Sul e um pequeno aumento nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Tabela 2 - Rendimento-hora médio real habitual do trabalho principal (em R\$), 2014-2019

	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Brasil	15,4	15,0	15,0	15,0	15,2	15,2
Norte	12,3	12,3	11,5	11,8	12,4	11,8
Nordeste	11,0	10,9	10,6	11,1	10,9	11,2
Sudeste	17,3	17,0	17,2	16,7	17,0	17,0
Sul	17,1	16,3	16,1	16,2	16,6	16,7
Centro-Oeste	17,3	16,8	16,5	17,0	17,1	16,6
Branca						
Brasil	19,5	18,9	19,3	19,1	19,4	19,5
Norte	17,2	16,9	15,6	16,7	17,6	15,9
Nordeste	14,4	14,4	14,3	15,2	14,3	15,2
Sudeste	21,2	20,7	21,4	20,7	21,3	21,4
Sul	18,4	17,3	17,4	17,5	18,0	18,0
Centro-Oeste	21,5	21,1	21,6	21,1	21,1	20,6
Preta ou parda						
Brasil	11,4	11,4	11,1	11,4	11,6	11,6
Norte	11,1	11,1	10,4	10,5	11,0	10,8
Nordeste	9,8	9,8	9,3	9,7	9,7	9,8
Sudeste	12,1	12,1	12,0	12,1	12,4	12,3
Sul	12,1	12,2	11,5	11,9	12,2	12,6
Centro-Oeste	14,5	14,0	13,5	14,2	14,8	14,2

Nota: Rendimento a preços constantes de 2021.

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do IBGE (2017), (2021b) e (2024).

No triênio 2017-2019, no momento da fraca recuperação econômica, observou-se aumento do rendimento-hora no país e em todas as regiões, exceto na Sudeste. Entre os trabalhadores pretos ou pardos, o rendimento-hora elevou-se em todas as regiões. Entre os

ocupados brancos, houve acréscimo no rendimento-hora no Norte, Nordeste e Sul, queda no Centro-Oeste e estabilidade no Sudeste.

Comparado o ano inicial (2014) ao ano final (2019) da série histórica, constata-se queda generalizada no rendimento-hora em todas as regiões, exceto no Nordeste, que registrou um pequeno aumento. Entre os trabalhadores brancos, verificou-se queda no rendimento-hora nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste e um pequeno aumento nas regiões Nordeste e Sudeste. Em relação aos pretos e pardos, houve redução nas regiões Norte e Centro-Oeste, aumento na Sudeste e Sul e estabilidade na Nordeste.

A evolução do rendimento do trabalho está associada ao desempenho da economia e, principalmente, à taxa de desemprego. Quando a economia cresce e a taxa de desemprego diminui, a tendência é que haja aumento dos rendimentos reais. Em caso de crise econômica, com queda no nível de atividade econômica e aumento da taxa de desemprego, a tendência é de redução no nível de rendimentos, pois a crise reduz o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais. Conforme a Tabela 3, na série histórica 2014-2019, a taxa de desemprego foi, de maneira geral, mais alta entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda, no país e em todas as suas regiões, do que entre as pessoas brancas.

Tabela 3 - Taxa de desocupação por cor ou raça, 2014-2019 (em %)

	2014		2015		2016	
	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda
Brasil	5,7	8,2	7,3	10,3	9,4	13,6
Norte	7,6	7,7	8,5	9,3	10,3	12,1
Nordeste	7,6	8,9	8,8	10,5	11,5	14,5
Sudeste	6,2	8,4	8,1	11,1	10,3	14,2
Sul	3,8	6,2	5,2	7,7	6,8	10,9
Centro-Oeste	4,7	6,9	6,4	8,4	8,3	11,2
	2017		2018		2019	
	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda	Branca	Preta ou Parda
Brasil	10,1	14,7	9,6	14,2	9,3	13,8
Norte	10,5	12,4	9,9	13,0	10,0	12,2
Nordeste	12,4	15,5	11,9	15,5	11,7	15,0
Sudeste	11,2	15,9	10,6	15,0	10,2	14,3
Sul	7,3	11,9	6,9	10,5	6,6	10,5
Centro-Oeste	8,3	11,9	7,5	10,3	7,8	11,6

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados do IBGE (2022b).

A análise mostra que as taxas de desemprego entre as pessoas de cor ou raça preta ou parda são maiores nas regiões Nordeste e Sudeste e menores na região Sul. Entre as pessoas brancas, as taxas de desemprego são mais altas na região Nordeste e menores na região Sul. Verifica-se, ademais, uma grande dispersão das taxas pelas regiões do país. Em 2014, por

exemplo, o percentual do desemprego das pessoas brancas da região Nordeste foi o dobro (7,6%) da região Sul (3,8%). Em 2018, a taxa de desemprego das pessoas pretas ou pardas da região Nordeste (15,5%) foi 50,5% maior que a verificada na região Centro-Oeste (10,3%).

Em 2017, a economia brasileira e o índice de ocupação voltaram a crescer em relação ao ano anterior, apesar disso, o mercado não conseguiu absorver toda a força de trabalho de que dispunha. Esse fato impactou significativamente a taxa de desemprego do país, que passou de 7,0% para 12,6% entre 2014 e 2017, respectivamente (IBGE, 2022b). No mesmo período, a taxa de desemprego dos pretos ou pardos passou de 8,2% para 14,7% (+79,7%); e entre os brancos, de 5,7% para 10,1% (+76,7%). Entre 2014 e 2017, o aumento do desemprego afetou proporcionalmente mais as pessoas pretas ou pardas (+79,7%) que as brancas (76,7%). A maior variação ocorreu nas regiões Sul (+92,7% e +91,0%) e Sudeste (+89,5% e 80,6%), as mais desenvolvidas; a menor, nas regiões Norte (+61,2% e +37,4%) e Nordeste (+75,5% e +62,4%), as menos desenvolvidas. Assim, a crise econômica fez crescer a taxa de desemprego em todas as regiões do país, porém, as regiões mais desenvolvidas economicamente, Sudeste e Sul, foram as mais afetadas.

Entre 2017 e 2019, mesmo com a retomada da economia, a taxa de desemprego média do país diminuiu pouco, passou de 12,6% para 11,8% (IBGE, 2022b) respectivamente. A taxa média de desemprego das pessoas de cor branca diminuiu de 10,1% para 9,3% (-7,6%); a das pessoas de cor preta ou parda, de 14,7% para 13,8% (-6,6%). A maior queda, tanto para os brancos como para os pretos ou pardos, ocorreu nas regiões mais desenvolvidas (Sul e Sudeste); a menor, nas regiões menos desenvolvidas (Nordeste e Norte).

Entre 2014 e 2019, houve um aumento significativo da taxa de desemprego das pessoas de cor ou raça preta ou parda, o percentual passou de 8,2% para 13,8% (+67,9%); da população branca, de 5,7% para 9,3% (+63,2%), portanto, o aumento foi proporcionalmente maior para as pessoas pretas ou pardas. A maior variação em relação às pessoas pretas ou pardas ocorreu na região Sudeste (+71,1%); em relação às brancas, na região Sul (+73,6%). As menores variações para as pessoas pretas ou pardas e brancas foram verificadas na região Norte (+59,0% e 31,6%, respectivamente).

Conclusões

Neste trabalho o objetivo foi descrever a evolução do rendimento do trabalho, por cor ou raça, no Brasil e por regiões, no período 2014-2019. Conforme os resultados, entre 2014-2019, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram os maiores rendimentos médios reais mensais para os trabalhadores em geral e para as pessoas de cor ou raça branca, preta ou parda. As regiões

Norte e Nordeste tiveram os menores rendimentos do país, inclusive menores que a média nacional, sendo o rendimento da região Nordeste o menor do país e o da região Norte, o segundo menor. Em todas as regiões do país, os ocupados brancos auferiram rendimentos maiores que os pretos ou pardos. A diferença nos rendimentos do país e entre as regiões por cor ou raça é extremamente elevada, apontando para a existência de um racismo estrutural no mercado de trabalho brasileiro.

A evolução dos rendimentos está diretamente relacionada ao nível de atividade econômica. A crise econômica do biênio 2015-2016 provocou redução significativa do Produto Interno Bruto real, fazendo que os rendimentos mensais dos ocupados do Brasil e de todas as regiões diminuíssem. As regiões Norte, Centro-Oeste e Sul apresentaram as maiores quedas. Nesse período, ocorreu redução dos rendimentos dos ocupados brancos e pretos ou pardos em todas as regiões do país. A diminuição relativa dos rendimentos dos ocupados de cor ou raça preta ou parda foi maior que a dos brancos no Brasil e em todas as regiões, exceto a região Norte. A crise afetou, principalmente, a remuneração dos trabalhadores pretos e pardos, os mais vulneráveis, com atividades precárias e informais e que já auferiam rendimentos menores que os brancos. Esses dados comprovam não só o aumento do hiato entre os rendimentos dos brancos em relação aos pretos ou pardos, mas também a concentração de renda no país.

No triênio 2017-2019, momento da fraca retomada da economia, o aumento do rendimento médio mensal do Brasil foi de apenas 0,8%, e as regiões Sul, Nordeste e Norte registraram as maiores variações, em termos proporcionais. No período 2017-2019, no Brasil, o aumento do percentual no rendimento dos ocupados pretos ou pardos foi superior ao dos brancos. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste sucedeu o mesmo. Isso fez diminuir, nesse período, o hiato entre o rendimento dos brancos em relação aos pretos ou pardos.

Em 2019, último ano da série histórica, os rendimentos médios do país e das suas regiões ainda eram menores que os encontrados em 2014, início da série. Essas informações demonstram que o aumento registrado entre 2017 e 2019 foi insuficiente para repor as perdas do biênio da crise econômica (2015-2016). A maior redução relativa ocorreu nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. No Brasil, a despeito de os percentuais das perdas nos rendimentos dos brancos e dos pretos e pardos se igualarem (-1%), mantendo o hiato extremamente elevado, houve muitas discrepâncias nos índices regionais. Nesse período, diminui o hiato entre os rendimentos dos brancos em relação aos pretos ou pardos, nas regiões Norte e Sul, e aumentou nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste.

Entre 2014 e 2019, no topo da hierarquia dos rendimentos estão os homens brancos, seguidos das mulheres brancas, dos homens pretos ou pardos. Na base, as mulheres pretas ou

pardas. Nesse período, a diferença relativa entre os rendimentos dos homens em relação às mulheres e dos homens brancos em relação aos homens pretos ou pardos diminuiu. Por outro lado, cresceu o percentual da diferença entre os rendimentos das mulheres brancas em relação ao das mulheres pretas ou pardas.

Entre 2014 e 2019, houve diminuição dos rendimentos e aumento das taxas de informalidade. Da mesma forma, as taxas de desemprego e de subutilização da força de trabalho tiveram um crescimento expressivo. Verifica-se, pois a precarização e desvalorização do trabalho.

O rendimento mensal do trabalhador de cor ou raça preta ou parda é historicamente menor do que o dos brancos, mas a diferença entre as pessoas pretas ou pardas e as brancas não se restringe à renda. A análise mostra outras características da população preta e parda no mercado de trabalho: altas taxas de desemprego; rendimento-hora menor; ocupações com rendimentos inferiores; maior informalidade; mais tempo dedicado às tarefas domésticas e aos cuidados com o lar e, conseqüentemente, jornadas de trabalho menores; dificuldade de ingressar no mercado de trabalho e de ascender profissionalmente. A explicação para essa realidade está, principalmente, no racismo estrutural. Fonte da desigualdade social no Brasil, a atitude de hostilidade e em relação às pessoas pretas e pardas não se restringe ao segmento econômico, mas discrimina e segrega também nos âmbitos social, cultural, político e institucional.

Este estudo mostra a extrema desigualdade nos rendimentos dos trabalhadores, em termos regionais, por cor ou raça e gênero. Trata-se de um quadro que poderá ser modificado por meio da retomada do desenvolvimento econômico e social e de políticas públicas voltadas aos trabalhadores mais vulneráveis, que visem inclui-los plenamente no mercado de trabalho e na sociedade. Cabe aos governos, portanto, ampliar e reforçar as políticas de ações afirmativas. Criticadas por pessoas privilegiadas, que querem manter a condição de extrema desigualdade econômica e social do país, tais ações têm sido instrumento valioso de inclusão social e de oportunidades iguais para todos, independentemente de cor, raça, gênero, faixa etária ou orientação sexual.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020. 264 p.
- ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. **Katálysis**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-211, maio/ago. 2022.
- CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018. 192 p.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. 206 p. (Estudo e Pesquisa. Informação Demográfica e Socioeconômica, 44). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. 154 p. (Estudo e Pesquisa. Informação Demográfica e Socioeconômica, 49). Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101979>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**. Tabelas. Tabelas – 2022. Estrutura econômica e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

IBGE. **SCN - Sistema de contas nacionais**. *Tabelas 2021*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>. Acesso em: 14 fev. 2024.

IBGE. **Sistema de contas regionais: Brasil 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 12 p. (Contas nacionais, 57). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101307_informativo.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

IBGE. **Sistema de contas regionais: Brasil 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. 12 p. (Contas nacionais, 83). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101873_informativo.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

IBGE. **Tabela 6579 - População residente estimada**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6579#resultado>>. Acesso em: 26 abr. 2024.

JOSEPH, Lazaro Camilo Recompensa. **Introdução à economia do trabalho**: apontes para um livro de texto. Curitiba: CRV, 2021. 498 p.

KON, Anita. **A economia do trabalho**: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016. 480 p.

KREIN, José Dari; MANZANO, Marcelo; TEIXEIRA, Marilane. Trabalho no Brasil: desafios e perspectivas. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**, Salvador/Recife, v. 47, n. 256, p. 293-317, maio/ago. 2022.

OREIRO, José Luís.; DE PAULA, Luiz Fernando. **Macroeconomia da estagnação brasileira**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021. 192 p.

RAMOS, Carlos Alberto. **Economia do trabalho**: modelos teóricos e o debate no Brasil. Curitiba: CRV, 2012. 516 p.

RODRIGUES, Fabiana Alves. Barreiras a efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 1, e82532, p.1-13, jan./abr. 2023.

TAVARES, Maria Augusta. **Informalidade e precarização do trabalho**: a nova trama da produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2021. 288 p.

Recebido em 19 de março de 2024.

Aprovado em 15 de abril de 2024.